

## A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ENTRE AS OPERÁRIAS DO CALÇADO (FRANCA-SP, DÉCADAS DE 1950 A 1980)<sup>1</sup>

Vinícius Donizete de Rezende  
vdrezende@yahoo.com.br

*Doutorando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.  
Bolsista Fapesp.*

### **Resumo**

A cidade de Franca tem na indústria calçadista sua principal atividade econômica, sendo um dos maiores produtores de calçados do país. As mulheres ocuparam posição de destaque no processo de industrialização, compondo cerca de 40% da força de trabalho do setor. Contudo, a história da classe operária do município foi escrita, sobretudo, no masculino. O principal objetivo deste artigo foi analisar o período anterior ao ingresso das trabalhadoras no trabalho fabril, o que possibilitou observar que a divisão sexual do trabalho foi resultado de uma construção social com raízes na família e nas primeiras experiências de trabalho.

**Palavras chave:** História do trabalho, História de Mulheres, Classe Operária, Divisão sexual do trabalho.

### **Abstract**

The shoemaker industry has been the main economic activity of the city of Franca - Brazil becoming one of the biggest producers of footwear of the country. The women had occupied remarkable position in this process of industrialization, composing about 40% of the work force used in this productive sector. However, the history of Franca's working class had been written principally in the masculine shape. The main objective of this article is analyse the previous period to the manufacturing work, which enabled to observe that sexual division of the work was the resulted of the social construction with roots in the family and in the beginning of the working experiences.

**Keywords:** Labor History, History of Women, Working Class, Sexual division of the work.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, a história do trabalho dedicou-se a interpretar a classe operária nos seus múltiplos aspectos e não apenas o movimento operário organizado. Teve por objetivo escrever uma história vista de baixo para cima, centrada na interpretação das condições de existência diária, das experiências cotidianas no universo fabril e extra-fábrica, dos fluxos migratórios, das relações de trabalho, das diversas formas de conflito social nos locais de trabalho e nos espaços urbanos, das relações entre formas de organização e sociabilidade, das correntes ideológicas que influenciaram os movimentos de trabalhadores, da legislação e das instituições jurídicas.

A principal mudança foi buscar compreender os trabalhadores nos seus próprios termos, o que não significou “um voluntarismo culturalista avesso à teoria”, e sim o reconhecimento de que “as relações sociais não são objetivações de estruturas dadas *a priori*, mas se constroem em situações concretas nas quais se movem personagens de carne e osso.”<sup>2</sup> Contudo, em alguns sentidos a história do trabalho continuou sendo tradicional, sobretudo, ao ignorar questões étnicas e de gênero.<sup>3</sup> Além disso, ocorreu um distanciamento entre ‘historiadores do trabalho’ e ‘historiadoras das mulheres’, que em muitos momentos resultou na construção de ‘guetos acadêmicos’. Segundo Emilia Viotti,

a maioria dos historiadores do trabalho industrial na América Latina continua a ignorar tanto as mulheres trabalhadoras quanto o trabalho das historiadoras. Eles dedicam surpreendentemente pouco tempo a entrevistar trabalhadoras e raramente descrevem as percepções delas. Parecem cegos para a especificidade de gênero das experiências delas. [...] Nenhuma história séria da classe trabalhadora pode ser escrita hoje em dia sem incorporar as mulheres [...]<sup>4</sup>

A crítica à concepção de classe centrada exclusivamente nas experiências de trabalhadores do sexo masculino e brancos foi trazida para o debate historiográfico, em grande parte, por setores dos movimentos sociais, feminista e negro, resultando na ampliação temática e na adoção de novas perspectivas metodológicas. O presente texto tem o objetivo de valorizar a experiência vivida pelas mulheres no processo de formação da classe operária, inserindo-se nesse debate ao reconhecer a importância da categoria de gênero para a análise histórica, o que não significa, de modo algum, anular a relevância do conceito de classe social, e sim reconhecer que muitas vezes a

identidade operária se forma a partir da conjunção de diferentes fatores, como trabalho e comunidade, trabalho e gênero ou trabalho e etnia.

No presente artigo buscou-se interpretar o processo histórico anterior ao ingresso da força de trabalho feminina na indústria calçadista do município paulista de Franca, durante as décadas de 1950 a 1980, período de intensificação da industrialização local. A fabricação de calçados é uma atividade que direta ou indiretamente faz parte das relações sociais da maior parte da população do município. Aqueles que nasceram em famílias operárias e que cresceram em bairros operários têm suas lembranças marcadas por uma realidade que reflete características do desenvolvimento industrial do município.

No processo de formação da classe operária em Franca, as mulheres ocuparam uma posição de destaque, compondo cerca de 40% da força de trabalho empregada no setor. Desde os anos de 1920, quando da montagem da primeira fábrica de sapatos mecanizada na cidade, muitas deixaram o lar para ganhar a vida por meio do trabalho fabril. Dentro das indústrias, vivenciaram uma realidade caracterizada pela exploração, disciplinarização, conflitos cotidianos, discriminação, abusos de autoridade e assédio sexual por parte de seus superiores hierárquicos. No lar, continuaram responsáveis pelo trabalho doméstico, desgastando-se ainda mais com a dupla jornada de trabalho que deixou dolorosas cicatrizes, tornando-as, em muitos casos, incapazes de continuar a exercer suas atividades laborais.

As mulheres foram sujeitos sociais fundamentais na vida dos bairros operários. Eram elas que, na maior parte das vezes, passavam as noites acordadas cuidando dos filhos enfermos ou que enfrentavam as filas dos postos de saúde com os mesmos nos braços. Muitas trabalhavam nas calçadas de suas casas, onde conversavam com as vizinhas, gritavam com os filhos, divulgavam notícias, montavam comissões para reivindicar escola, saneamento básico, asfalto e creches. Tornaram-se, em muitos casos, o principal alvo das revoltas e humilhações sofridas por seus maridos no cotidiano fabril, muitas eram agredidas por aqueles que chegavam embriagados em casa, transformando-se em vítimas do alcoolismo tão presente na categoria dos sapateiros. Eram também personagens centrais das discórdias no tocante à administração do orçamento familiar, pois enquanto alguns trabalhadores comprometiam parte considerável dos salários com gastos nos bares, cabia a elas exigir uma quantia maior para as despesas do lar.

Para a elaboração do presente trabalho, utilizou-se um corpus documental composto fundamentalmente por fontes orais, as quais permitem trazer para o conhecimento público um amplo repertório de versões sobre o passado, tornando possível “abordar as questões relativas à agência e à inter-

venção subjetiva na história.”<sup>5</sup> Isso não significa perder o aspecto coletivo da memória, pois como afirma Teresa Malatian,

trabalhar com a memória individual implica também considerar a dimensão social dos fatos lembrados, pois as lembranças constituem-se a partir das relações sociais mantidas pelos indivíduos ao longo de sua vida na família, no local de trabalho e nos diversos grupos de referência.<sup>6</sup>

Por fim, é importante ressaltar que assim como ocorre com as demais fontes, é necessário que não se tome o documento como capaz de explicar a realidade histórica por si só. História é ‘análise’ e ‘interpretação’, enquanto a memória é um suporte para os relatos orais, lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva, um espaço em que o repertório das versões sobre o passado não ganhou a dimensão da escrita.<sup>7</sup> Uma vez que o testemunho oral é uma construção e não reflete simplesmente as experiências passadas como realmente foram, tais fontes devem ser devidamente problematizadas e interpretadas.

### VIVENCIANDO RELAÇÕES SOCIAIS DESIGUAIS

Dentre as dezenove colaboradoras entrevistadas, a maioria era proveniente de regiões agrícolas dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Nove delas eram migrantes mineiras filhas de ex-trabalhadores rurais e, na maior parte dos casos, trabalharam no campo ajudando os pais durante a infância; cinco eram migrantes paulistas de municípios vizinhos à Franca, também provenientes de famílias de trabalhadores rurais; apenas cinco eram originárias do município de Franca, das quais, duas nasceram na zona rural, e as três que nasceram na zona urbana também eram filhas de ex-trabalhadores rurais.<sup>8</sup>

As formas de trabalho no campo eram diversas. Algumas famílias de migrantes possuíam pequenas propriedades, as quais eram cultivadas com base no trabalho familiar. O pai era o chefe da unidade familiar e contava com o trabalho direto da mulher e dos filhos na lida no campo. Nos casos em que os trabalhadores eram proprietários de suas terras predominava a cultura de gêneros de subsistência, bem como a criação de animais, os quais forneciam carne, leite, força de tração e transporte. Era comum a prática conhecida como mutirão, a qual consistia em recorrer aos vizinhos e familiares para a realização de tarefas que extrapolavam a capacidade de trabalho da unidade familiar, como, por exemplo, roçar e preparar uma área para ser cultivada, realizar alguma colheita e construir uma habitação. Diferentes autores analisaram tal prática como um dos elementos indicativos da solidariedade do trabalhador rural, que em diversas ocasiões foi

transferida e mantida na cidade após a migração. No caso dos mineiros que migraram para Franca, Ronaldo Garcia afirmou que

após os trabalhos era realizada uma festa com música e comida farta. Este tipo de cooperação entre os habitantes do meio rural no Brasil era bastante antigo, ainda é muito utilizado em algumas regiões, com variações no tempo e no espaço. [...] O depoente se referia ao mutirão como um momento de lazer, diversão e festa. Este fato demonstra que não existia no meio rural uma nítida divisão entre trabalho e lazer. Isto só iria acontecer na cidade.<sup>9</sup>

A importância dessa e de outras formas de solidariedade desenvolvidas no meio rural também foram apontadas por Paulo Fontes em sua análise a respeito dos migrantes nordestinos que se dirigiram para São Miguel Paulista. Criticando as argumentações que creditaram à ausência de cooperação no campo o suposto baixo nível de solidariedade operária, o autor afirma que

a migração para as cidades pode ter significado uma revitalização de práticas de vizinhança e auxílio mútuo de origem rural, como o mutirão. Readaptado no ambiente urbano, o mutirão seria largamente utilizado pelas populações de origem migrante para a construção de suas moradias. [...] Era um espaço importantíssimo de 'socialização na vida operária e de consolidação das redes sociais no bairro.'<sup>10</sup>

Além do cultivo da própria propriedade, encontrado entre um número reduzido de migrantes, os demais estiveram submetidos a outras formas de trabalho. Algumas famílias trabalharam no regime de colonato, no qual o patrão cedia uma casa para que morassem e os trabalhadores tornavam-se responsáveis pelo cultivo e colheita de uma determinada quantidade de pés de café, sendo remunerados de acordo com a produção. Alguns recebiam um pequeno pedaço de terra para cultivo próprio, no qual plantavam gêneros alimentícios. Quando possível, criavam porcos e galinhas que forneciam carne e gordura durante o ano; eventualmente, o excedente podia ser trocado ou vendido. Quando não recebiam um pedaço de terra, formavam hortas no meio das plantações de café, aproveitando a terra fértil.

Outros trabalharam sob o regime de meação, no qual o trabalhador recebia uma determinada quantidade de terra para ser cultivada, podendo plantar café, arroz, feijão, milho ou fumo. Na época da colheita, metade da produção era dividida com o proprietário da terra. Outra forma de sobrevivência poderia ser ar-

rendar um pedaço de terra, pagando uma espécie de aluguel ao proprietário e cultivando-a para si próprio. Além destas relações de trabalho, muitos já haviam se tornado assalariados, vendendo sua força de trabalho em troca de um pagamento mensal. Outros trabalharam como diaristas, o que poderia tornar a vida mais difícil, pois além do serviço ser instável, não recebiam casa para morar, e quando não tinham habitação própria eram obrigados a dividir os poucos ganhos com o pagamento de aluguel.

Os relatos evidenciaram que as lembranças dos tempos de infância foram marcadas pelas inúmeras dificuldades que suas famílias passaram. Muitas das casas em que as trabalhadoras cresceram eram de chão de terra batida, outras eram de paredes de barro; tinham poucos móveis; os colchões eram fabricados pelas próprias mulheres que costuravam panos rústicos e os enchiam com palha de milho ou capim seco, trabalho que geralmente contava com a participação das filhas. Quando possível, havia um quarto para os pais, um para os filhos e outro para as filhas. No caso destas, freqüentemente duas dividiam a mesma cama. Muitas vezes, a infância, tanto no campo como na cidade, foi marcada por carências alimentares, privações e sofrimento, como se observa no relato a seguir.

Meu pai ficou doente, minha mãe não trabalhava e a gente não fazia nada, porque era tudo menino, então nós passou muita falta, tinha necessidade mesmo! Necessidade de os vizinho dar as coisa pra gente!!! Não tinha não!!! Passou uma boa época assim. Necessitava de comida mesmo, não era nem de nada, roupa nós não tinha, mas comida também não tinha. Então tinha que comer. Os outro dava, os vizinho dava.<sup>11</sup>

Essa situação poderia ser agravada pelo grande número de membros do núcleo familiar, sendo que alguns trabalhadores chegaram a ter vinte e dois filhos, como foi o caso dos pais de Cecília Silvestre. Dos seus vinte e um irmãos, oito morreram ainda crianças, indicando que o quadro de miséria somado à alta taxa de natalidade resultava em alta taxa de mortalidade infantil. A miséria poderia ser minimizada conforme os filhos fossem crescendo, pois desde os sete anos de idade começavam a ajudar na lida no campo, ou poderiam ainda crianças se assalariar, com o objetivo de aumentar a renda familiar. Nesses casos, era freqüente a prática de os filhos entregarem integralmente aos seus pais os salários que recebiam pelo trabalho rural ou em outras atividades quando já haviam se mudado para a cidade. Dessa forma, não existia um salário do indivíduo e sim do núcleo familiar. A administração de tal orçamento variava, em algumas famílias era responsabilidade do homem, responsável inclusive pelas compras; em outras, era responsabilidade da mulher.

Nesse quadro social, as relações estabelecidas no interior da família operária tornam-se fundamentais para a interpretação do estabelecimento de funções sociais distintas para os homens e para as mulheres. A compreensão do processo de ‘produção’ e ‘reprodução’ da força de trabalho adquire maior relevância para a análise do tema. Por ‘produção’ da força de trabalho compreendemos o processo histórico-social que resulta na formação dos jovens da classe operária como futuros trabalhadores, o que se dá por meio da ação da família, das instituições especializadas – sendo a mais difundida a escola – e pela influência do meio social, com destaque para o ambiente urbano. Implica na aquisição de qualificações e de valores sócio-culturais que possibilitam o posterior ingresso no trabalho fabril.

A maior parte das pesquisas a propósito da construção social de papéis destinados aos homens e às mulheres tende a reduzir a função do trabalho doméstico à questão da ‘reprodução’ da força de trabalho – englobando o ato de procriação e os trabalhos necessários para a ‘manutenção da força de trabalho’ –, analisando o trabalhador já adulto, sem levar em consideração as experiências anteriores à proletarização, dentre as quais as qualificações adquiridas no espaço doméstico. Essa questão se insere diretamente no tema do presente texto, pois como afirma Souza-Lobo, a discussão sobre as origens das discriminações sexuais

deve incluir a análise da esfera da reprodução (as estruturas familiares) e as formas de discriminação social (em nível ideológico). O capital não cria subordinação das mulheres, porém a integra e reforça. Na verdade, as raízes da divisão sexual do trabalho devem ser procuradas na sociedade e na família, e para apreendê-las é necessário sair da fábrica e articular a análise das condições de trabalho com aquelas que prevalecem no mundo exterior à empresa.<sup>12</sup>

Assim, ao enfatizar a ação da família operária na formação da força de trabalho, pretende-se indicar que as operárias sapateiras vivenciaram um processo de socialização caracterizado pela diferenciação sexual, sobretudo no que se refere à divisão do trabalho, e que tal experiência foi anterior ao ingresso na indústria calçadista. No processo inicial de desenvolvimento das grandes indústrias, a família operária era a instituição fundamental para a transmissão de conhecimentos mínimos que permitissem ao jovem tornar-se um operário, pois a diferença entre as qualificações exigidas dos pais e as qualificações exigidas dos filhos era pequena, o que significava que cabia aos pais fornecer a maior parte dos saberes laborais exigidos para o trabalho. Contudo, a função social da família não se limitou a ensinar um ofício aos jovens, mas também um

conjunto de conhecimentos, tradições, normas de conduta, valores, concepções políticas e modos de agir e pensar.

Tal situação, freqüentemente fazia com que a escola possuísse um papel social relativamente secundário nesse processo, o que explica em parte o baixo nível de escolaridade da maior parte das colaboradoras. Os próprios pais poderiam ser contrários à permanência de seus filhos nas instituições escolares, pois consideravam que o aprendizado adquirido no seio da família era suficiente para que eles se tornassem trabalhadores. Alguns consideravam que apenas os filhos dos capitalistas poderiam permanecer durante um longo período em processo de formação, sem exercer qualquer tipo de atividade remunerada. Além disso, o trabalho dos filhos era de grande importância para a execução das tarefas requeridas da unidade familiar, como indica o relato a seguir.

Meu pai era daqueles pais assim, não era aquele pai que gostava que a pessoa estudasse, essas coisa... Então às vezes a gente tava estudando e ele mandava a gente embora pra roça, pra capinar arroz, quando ele tava apertado de serviço e os menino não dava conta. 'Ah, ficar aí estudando pra que? Não vai formar mesmo!' Então hoje eu me arrependo, porque eu não estudei, porque eu não me formei.<sup>13</sup>

Por outro lado, alguns pais desejavam aos filhos um padrão de vida melhor do que o deles, vendo na escola a possibilidade de ascensão social, ou pelo menos, a possibilidade de se conseguir uma profissão mais bem remunerada. Essa questão tornou-se inclusive um elemento de atração populacional para os centros urbanos. Ao mesmo tempo, paulatinamente a instituição escolar passou a ter um papel preponderante para a aquisição de um emprego, sobretudo, nas grandes indústrias, que exigiam dos operários maior nível de escolaridade.

Nesse texto, pretende-se destacar o papel da família operária na formação da mão-de-obra industrial que ocupou os postos de trabalho da indústria calçadista de Franca no período inicial de seu desenvolvimento. Dessa maneira, foi possível verificar que a divisão sexual do trabalho foi freqüente a partir dos anos iniciais de vida de todas as colaboradoras. As filhas começaram a auxiliar suas mães nos trabalhos domésticos desde a infância, sendo que o início do aprendizado poderia variar entre os sete e os dez anos de idade. Na maior parte dos relatos, foram comuns as afirmações de que o serviço doméstico não era atividade para os homens.

'Eles tudo foi tipo machão'. Achava que isso aí era obrigação de mulher. Isso é coisa de mulher, a homem não cabe fazer, e não fazia. Se ele fizesse, já poderia falar que ele tinha o lado

feminino, tinha tudo isso aí. ‘Se fosse serviço de homem era para homem, se fosse de mulher, só mulher que fazia.’

Não, naquele tempo não era normal. Hoje é muito normal – o que não é nada demais –, mas naquele tempo não usava isso. ‘Homem era pra trabalhar fora e a mulher pra dar conta da casa.’

Eu achava que era obrigação, achava que tinha que ajudar, tinha obrigação de ajudar. Os irmãos não. Naquela época como dizia, homem não podia nem chegar na cozinha, falava que cozinha não era lugar de homem.<sup>14</sup>

Portanto, certas características atribuídas ao trabalho feminino como capricho, delicadeza, destreza, habilidade, paciência, perfeccionismo e precisão foram habilidades e competências adquiridas ao longo de anos por meio do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico. Além disso, os relatos indicam que muitas trabalhadoras tenderam a naturalizar a divisão sexual do trabalho, considerando apropriado que apenas as filhas auxiliassem as mães no trabalho doméstico.

Outro elemento central, que se depreende do relato de Cecília Silvestre, foi a construção de uma visão de que existiria “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, expressando uma concepção tradicional de divisão do trabalho, na qual, caberia aos homens o espaço público – trabalhar fora para sustentar a família –, e à mulher era destinado o espaço privado, cuidar da casa e dos filhos, tarefas muitas vezes consideradas inferiores ao ‘trabalho masculino’. Segundo Michelle Perrot, a divisão sexual do trabalho se acentuou com a separação dos locais de produção e consumo durante o século XIX. O homem foi para a fábrica e a mulher ficou em casa, ocupando-se do trabalho doméstico, que não é remunerado. Exacerbou-se a racionalidade harmoniosa da divisão sexual, estabelecendo-se a função, os papéis, as tarefas e os espaços de cada um dos sexos. A economia política teria reforçado tal divisão ao distinguir as esferas de produção, reprodução e consumo. O homem assumia a primeira e a mulher a terceira, cooperando na segunda.<sup>15</sup>

É importante destacar que a naturalização da distinção baseada nas diferenças sexuais, tanto pelos homens como pelas mulheres, indica a incorporação e a permanência de tradições operárias, resultando no fato de que muitas trabalhadoras não vislumbravam nos homens sujeitos com interesses opostos aos seus; em outras palavras, muitas mulheres vivenciaram esse processo como algo natural, não se considerando exploradas por seus companheiros ou maridos, uma vez que cada um assumiria funções complementares que permitiriam a manutenção

da unidade familiar, posição adotada pela maior parte das colaboradoras, e persistente nos dias atuais.

Por outro lado, essas mesmas experiências poderiam ser tratadas de maneira distinta, indicando que ‘a identidade de classe poderia adquirir contornos de gênero’. Como afirmamos, poucas colaboradoras afirmaram que a distinção sexual, sobretudo no que se refere ao trabalho, causava-lhes revolta. Contudo, alguns relatos, como no trecho a seguir, constituíram-se em um discurso que objetivou explicitar a existência de uma revolta com a divisão sexual do trabalho originada ainda na infância.

Eu, eu particularmente, eu não sei se as minhas irmãs tinham essa revolta, mas eu até pouco tempo eu tinha uma revolta muito grande!!! Porque cê via, cê percebia que os filhos, os homens, era privilegiado. Tinha mais carinho com eles, eles não fazia o que a gente fazia, a gente que tinha que fazer. Socar arroz e feijão eu nunca lembro deles fazer, era só as mulher que fazia. Parece que tinha uma discriminação entre o homem e a mulher, o homem era privilegiado desde que nasceu. Eu sempre tive essa... sabe? Eu sempre me perguntei. Agora hoje não, hoje eu não dou muita bola, porque eu já estou com a idade avançada, mas eu sempre me perguntava por que eles faziam isso com a gente. A gente era discriminada, a gente sofria mais, tinha que fazer tudo e os homem não fazia nada!<sup>16</sup>

Visto que o relato oral é uma reconstrução das experiências vividas, e que não necessariamente retrata os acontecimentos e sentimentos passados como realmente foram – é uma história do tempo presente, na qual, o passado é lembrado a partir das experiências acumuladas ao longo da vida –, torna-se inviável afirmar com certeza que o questionamento da divisão sexual do trabalho foi formulado ainda na infância, ou que reflete concepções posteriores. Mesmo assim, nos arriscamos a sugerir que algumas narrativas tiveram o objetivo de construir um encadeamento coerente das ações praticadas ao longo da vida. No caso das trabalhadoras que participaram de movimentos de mulheres vinculados ao Sindicato dos Sapateiros, como foi o caso de Everalda Flores, o argumento de que seu discurso poderia representar um posicionamento adquirido num momento posterior, não necessariamente desenvolvido durante os anos iniciais de sua vida, pode ter uma validade ainda maior.

Desde pequena eu já era revoltada com o discernimento entre homens e mulheres. O meu pai saía de manhã para trabalhar e tinha o Vaguinho, que era abaixo de mim e da Elaine, e meu pai falava assim: “- Vaguinho cê busca o leite. A Verinha vai cui-

dar da roupa e a Laninha disso...” ‘Mas nunca que sobrava tarefas domésticas para os meninos.’ “- E você vai brincar com o Vadson, pra ele não dar trabalho pra sua mãe e nem para as meninas limpar lá dentro...” Que era abaixo dele, só tinha nós quatro. Então foi ficando e desde aquela época eu já fui pensando: putz! Eu lembro que desde pequena eu já era revoltada com isso...<sup>17</sup>

Diante do exposto, levanta-se a hipótese de que em alguns casos a narradora poderia procurar construir uma imagem coerente de sua trajetória individual que viesse a resultar nos seus posicionamentos atuais. Não se procura afirmar que mentiram ao dizer que eram revoltadas com tal situação desde a infância. O que se quer enfatizar é que na maioria dos depoimentos predominou a concepção de que a distinção social tendo por fundamento as diferenças sexuais foi tratada como natural pelas trabalhadoras e que poucas afirmaram ser revoltadas com esse fato.

De qualquer maneira, tal questão traz a tona o fato de que frequentemente as memórias foram reconstruídas nas fronteiras, refletindo a formação de diferentes identidades entre as trabalhadoras, o que não significa incorrer no equívoco de se desconsiderar a importância fundamental da posição de classe para as experiências dos trabalhadores. Como afirma Daniel James, que trabalhou com os relatos orais de *Doña Maria*, sindicalista peronista, “histórias de vida são construídas culturalmente baseadas em um discurso público, estruturado pela classe, por convenções culturais e pelo gênero. E fazem uso de um espectro variado de possíveis papéis, auto-representações, repertórios e narrativas disponíveis.”<sup>18</sup>

Outra expressão de tradições operárias relacionadas à distinção sexual entre os membros da unidade familiar presente no cotidiano dos trabalhadores foi o hábito, ainda existente em algumas famílias, de a esposa fazer o prato do marido e o dos filhos. Tal ação possuía um importante significado social, pois a mulher reparava a comida entre todos e, em alguns casos, reservava a melhor parte para o chefe da casa. Alzira Rodrigues relatou essa prática no dia-a-dia de sua família.

Uma coisa interessante que eu te falo, porque hoje muita casa não usa isso, é que ‘todos que ia comer, a parte maior sempre era do pai! Então todo mundo já punha comida e já sabia.’ [...] Então era tudo repartido, era tudo certinho! Não tinha isso de encher o prato e deixar o outro sem. E isso até... até hoje na minha família usa isso.<sup>19</sup>

A explicação para que se reservasse a maior ou melhor parte da refeição para o chefe da família devia-se ao fato de ele ser o principal responsável pela renda familiar e geralmente exercer atividades com maior dispêndio de força

física. Além disso, a mãe repartia o restante de forma igualitária entre seus filhos, evitando que um comesse mais que o outro, ou que algum ficasse sem comer, hábito que foi se perdendo ao longo do tempo, deixando de ser encontrado em muitos dos depoimentos coletados. Diferentes autores indicam que essa tradição remonta ao século XIX. No romance *Germinal*,<sup>20</sup> Emile Zola descreve essa prática entre as famílias de trabalhadores mineiros franceses do referido século. Michelle Perrot afirma que era comum as mulheres francesas realizarem privações pessoais em momentos de miséria para que o marido e os filhos se alimentassem.

Empenhando-se em equilibrar receitas e despesas, a mãe de família – é clássico – diminui a sua parte. Ela reserva para o pai – trabalhador “à força” – o vinho, bebida quase exclusivamente masculina, os melhores pedaços de carne. E para os filhos o leite e o açúcar. Solteira ou casada, a mulher no século XIX é uma subnutrida crônica. [...] Administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se.<sup>21</sup>

Nesse mesmo sentido, Alf Ludtke afirma que a carne não fazia parte da dieta diária dos trabalhadores alemães do século XIX, porém quando estes tinham uma porção de carne disponível, a maior parte, senão toda ela, era destinada ao homem. Como observa o autor, a questão não era uma simples matéria familiar, restrita ao domínio do privado e expressão do patriarcalismo na vida cotidiana. Referia-se também à esfera pública, expressando o desdém em relação aos trabalhos domésticos de mulheres e crianças, tendo reflexo, por exemplo, na lentidão para reivindicação do sufrágio universal.<sup>22</sup>

As distinções entre homens e mulheres, aparentemente restritas ao cotidiano doméstico – tradicionalmente definido como esfera privada –, se refletiram diretamente nas demais instâncias da vida operária. Como afirma Michelle Perrot, a própria distinção entre esfera pública e privada constituiu-se em expressão da opressão da mulher pelo homem, sendo que a política – domínio público – passou a ser considerada como assunto exclusivo do sexo masculino, fazendo com que as próprias mulheres tendessem “a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais.”<sup>23</sup>

No contexto sócio-cultural em análise, a família operária caracterizou-se como um núcleo sólido, no qual a autoridade dos pais era pouco questionada. Os filhos e filhas eram educados desde os anos iniciais de vida para não desobedecerem aos ensinamentos e aos costumes da famí-

lia. Como afirma João Bernardo, “quanto maior for a importância do âmbito familiar na formação da força de trabalho, tanto maior será a autoridade da família.”<sup>24</sup> Muitas vezes, constituiu-se um conjunto de relações caracterizado pelo distanciamento entre pais e filhos, não havendo liberdade para se estabelecer qualquer tipo de intimidade e conversa. Os depoimentos abaixo retratam essa questão.

[...] ele [o pai] era enérgico, era enérgico mesmo! Ele não conversava com nós quando criança, igual a gente conversa com as criança hoje. Ele achava que não... não tinha liberdade; ele achava que tinha que corrigir, falar o que era certo e errado; mas aquela conversa, aquela brincadeira ele nunca teve, que ele nunca foi de brincadeira não, que ele era muito sério, muito... [...]. Ninguém tinha essa liberdade de chegar e conversar igual a gente conversa hoje com as criança. Conversava assim o necessário.

Não tinha muito diálogo não. Porque a gente respeitava muito então a gente não conversava muito não. Ficava junto, mas caladinho. Com a mãe, a gente tinha mais liberdade de conversar, de ficar junto. Brincar não. Brincar, a gente não brincava com nenhum dos dois. Nós tinha muito medo e respeitava muito.<sup>25</sup>

Na maior parte das famílias, questões relativas à educação sexual, por exemplo, eram tratadas como tabu. Muitas das colaboradoras relataram que quando menstruaram pela primeira vez pensaram que estavam doentes, pois até então nunca haviam sido instruídas a respeito das transformações pelas quais seus corpos passariam na puberdade. As mães não conversavam com suas filhas a respeito desses temas, e assim, o aprendizado ocorria com alguma amiga mais velha ou com uma das irmãs que já tivesse passado pela experiência, como se apreende nos relatos a seguir.

Eu sinceramente, eu nunca fui muito amiga da mamãe, eu sempre tive um receio muito grande dela. Não contava as minhas coisas pra ela. Procê ter uma idéia, hoje os pais orientam os filhos, eu conversava muito com as minhas meninas, falava: “- Você vai passar por uma transformação, você vai ficar moça, vai acontecer isso com você, você vai ficar menstruada.” A minha mãe quando aconteceu isso comigo, ‘eu tive um choque tão grande que eu pensei que eu tava doente, muito doente! Não sabia o que era; procê ter uma noção de como era o relacionamento entre pai e filho.’<sup>26</sup>

Além disso, como a menstruação caracterizava-se como o elemento indicativo de que a filha havia se tornado fértil – nas palavras dos trabalhadores: já era “moça” –, a partir de então deveria ser vigiada e controlada.

Nem a mãe nem o pai não explicava. Era assim, o dia que aconteceu comigo, eu fiquei assustada porque eu não sabia de nada, aí eu não recorri a minha mãe, recorri a uma moça que morava do lado da minha casa, falei para ela o que estava acontecendo. Aí ela me explicou como era [...] Ela me ensinou. Eu não sabia, fiquei assustada. Aí ela falou assim: “- Ah, eu vou ter que falar para a sua mãe.” Eu morri de vergonha, falei: - Não, não conta não. Ela: “- Não, tenho que contar.” Ela contou para a minha mãe; minha mãe contou para o meu pai, ‘aí começou aquela exigência da gente. Não deixar a gente sair mais de casa, não conversar com moço, não podia conversar com moço mais. Aí já ficava de olho na gente. Que já era moça, que já podia namorar. Aí já prendia a gente.’<sup>27</sup>

Casar virgem, no caso das mulheres, constituía-se em questão de honra para seus pais, o que implicava na necessidade de o pretendente pedir a autorização do pai da moça para poderem namorar; namoro que muitas vezes era vigiado pelos pais, evitando qualquer tipo de intimidade antes do casamento. Muitas jovens poderiam burlar tais normas e namorar às escondidas, porém outras seguiram os costumes de suas famílias.

Se o rapaz se interessasse tinha que falar com os pais antes de encontrar com as minhas irmãs e se meu pai falasse: “- Eu vou deixar você namorar.” Então ele marcava um dia, o moço ia lá, sentava na mesa, como nós tá aqui, o moço de lá, e ela de cá e meu pai do lado. E ele falava: “- Fulano quer namorar com você, você quer namorar com ele?” Os pais que perguntava. [...] Se você quisesse namorar, aí o pai falava: “- Então você vem terça, quinta, sábado e domingo aqui em casa para conversar com ela.” E a hora que ele chegava, a minha irmã sentava numa ponta da mesa, ele na outra ponta e meu pai ficava do lado assim, mas na sala também, olhando. Ele ficava de olho em tudo. Não podia pegar na mão, não podia nem debaixo da mesa encostar o pé no outro.<sup>28</sup>

Esses elementos fizeram parte da constituição de uma cultura operária predominante nos anos iniciais de formação da grande indústria fabril, e que se caracterizou em grande medida pela existência de laços familiares bastante fortes, pelo autoritarismo e conservadorismo dos pais na educação dos filhos, e pela

distinção na educação de filhos e filhas, sendo que estas eram mais controladas, formadas para o trabalho doméstico, e muitas vezes vistas como inferiores em relação aos irmãos. Tais características indicaram a existência de uma dupla moral, caracterizada pela maior permissividade para com os rapazes.

Em síntese, dentro da família operária as mulheres foram formadas para serem 'boas mães' e 'donas-de-casa', mas, sobretudo, para serem submissas aos homens. A mulher era vista como destinada à execução de tarefas domésticas que garantissem a produção e reprodução da força de trabalho. Muitas foram educadas para ficar no interior do lar, lavando, passando, cozinhando, cuidando e educando os filhos. Quando as necessidades materiais obrigavam-nas a trabalhar fora de casa, seu trabalho era concebido como complementar e auxiliar ao dos homens, considerados os principais responsáveis pelo orçamento familiar.

### **AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO ASSALARIADO**

Muitas colaboradoras já haviam tido uma experiência prévia de trabalho fora de casa antes de migrarem para Franca, por exemplo, auxiliando os pais na lida diária no trabalho rural. Nesses casos, na maior parte das vezes não se fazia distinção significativa entre as filhas e os filhos, pois ambos trabalhavam no cultivo da terra. Porém, além de executarem esse tipo de tarefa, apenas as filhas eram educadas desde jovens para se tornarem responsáveis pelo trabalho doméstico. Portanto, desde a infância iniciou-se a prática de se conciliar o trabalho doméstico e as outras formas de trabalho, o que resultaria na multifuncionalidade da força de trabalho feminina, comumente considerada como mais um das características inatas às mulheres, quando, na verdade, foi uma construção social.

No caso das trabalhadoras nascidas em Franca, a situação não foi muito diferente, pois raramente o emprego fabril representou a primeira experiência de venda da força de trabalho, tanto para as jovens que começaram a trabalhar antes da consolidação da indústria de calçados em Franca, como para aquelas que começaram a trabalhar quando o setor industrial já era a principal atividade econômica da cidade. O trabalho como pajens ou como empregadas domésticas constituiu-se em experiência anterior à entrada na fábrica de calçados, tanto para as trabalhadoras nascidas em Franca, como para as migrantes. Foram comuns os casos em que as primeiras experiências de trabalho remunerado começaram por volta dos dez anos de idade, quando não menos, como se observa nos relatos a seguir.

Quando eu tinha 10 anos eu fui trabalhar de pajem, saía da escola já ia direto pro emprego, aí eu ficava lá até à tarde. Lá era pajem, mas, até café eu torrava, fazia de tudo. Depois eu

saí de lá, eu tava com 13 anos, me empreguei em outra casa, mas aí já era doméstica mesmo. Aí eu já ia de manhã todo dia.

Minha mãe lavava roupa pra ajudar nas despesas e eu pra comprar os “supérfluos”, na cabeça do meu pai. Então sempre trabalhei de babá pra uma prima rica do meu pai aqui, outra acolá. Era uma forma que eles achavam de ajudar. [...] Ih, 9 anos, 8. A minha irmã também da mesma forma. Uma prima pegava eu aqui a outra prima ali. E eu acho que era desencargo de consciência. Além de pagar um pouquinho, uma merreca, muito pouco mesmo, eles davam as roupas usadas, nós vivíamos com roupas usadas, sapatos usados, brinquedos usados. Mas pra nós, fazer o que? Tava bom.<sup>29</sup>

Como as mulheres eram preparadas desde a infância para executar tarefas domésticas, era previsível que o emprego como trabalhadora doméstica se constituísse na primeira experiência de trabalho assalariado das futuras operárias. Soma-se a essa característica a concepção predominante de que o salário feminino era auxiliar ou complementar. Assim, essa forma de emprego mal remunerado seria adequada apenas às mulheres. Como observa Jessita Rodrigues, que também constatou que o emprego doméstico constituiu-se em primeira experiência de assalariamento entre tecelãs,

a atividade “empregada doméstica” configura forma de realização de trabalho que, dado o *quantum* de renda-consumo propiciado, só permite a manutenção na medida que a remuneração seja componente de uma constelação familiar de salários, ou que o agente habite o domicílio do empregador.<sup>30</sup>

A prática de empregar os filhos e filhas ainda crianças retrata algumas das características sócio-econômicas do período em estudo. Os baixos salários geravam a necessidade de empregar os jovens no mercado de trabalho visando aumentar os ganhos familiares e diminuir a miséria a que todos estavam sujeitos. Como afirmamos, essa situação fazia parte de uma fase do desenvolvimento capitalista em que as diferenças em termos de qualificação de mão-de-obra entre pais e filhos eram praticamente inexistentes, o que se tornava mais um fator propício para o emprego de jovens trabalhadores.

Além do trabalho rural e do trabalho doméstico, na própria casa e/ou como empregadas, algumas mulheres trabalharam em outras atividades produtivas da cidade de Franca antes de ingressar nas indústrias calçadistas. Nair Núcio, por exemplo, nascida em 1924, migrou para Franca em 1938, tendo desde então combinado o trabalho como empregada doméstica com o trabalho de selecionadora de café em armazéns.

[...] aí eu fui catar café. Porque calçado aqui em Franca tinha, mas era muito pouco. Não era como agora. Eu fui catar café nas indústrias de catação de café. Trabalhei de 38 até 47, eu trabalhava na catação de café seis meses, e depois seis meses eu trabalhava de doméstica. Depois voltava seis meses pra catar café e seis meses era doméstica; de 38 até 47 eu fiz isso.<sup>31</sup>

A atividade cafeeira foi de fundamental importância para o desenvolvimento urbano, social e econômico de Franca antes do predomínio da indústria calçadista. O trabalho de selecionar cafés finos constituiu-se em elemento central do processo de divisão e especialização do trabalho, ocupando especialmente mulheres, as selecionadoras de café – “catadeiras”. Esse processo implicou em assalariamento e em conseqüente proletarização,<sup>32</sup> além de ter significado mais uma expressão da divisão sexual do trabalho.

A fábrica de fogos existente na cidade foi outro ramo de atividades que empregou moças jovens, cujos salários contribuía para compor a renda familiar.

A primeira mesmo, eu era doméstica, desde a idade de 11 anos; aí nos 15 anos fui trabalhar na fábrica de fogos, trabalhei lá 2 anos; [...] porque na fábrica de fogos ganhava bem. O salário era outro. Questão salarial. [...] Eles me puseram uns dias pra fazer traque, mas aí eles me tiraram logo porque aquilo é uma coisa muito perigosa [...] E como eu era de menor, lá era proibido menor trabalhar com pólvora, aí eles me tiraram dos traques; aí eu fazia aqueles enfeites de foguete com aqueles papel bonito por fora, fazia aquilo lá. Fiquei dois anos.<sup>33</sup>

Assim como nas outras atividades analisadas, o trabalho na indústria de fogos também se caracterizou pelo processo de especialização da força de trabalho e de divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres tarefas como fazer enfeites. Alzira Rodrigues relatou que as mulheres realizavam tarefas auxiliares, comumente concebidas como propícias à mão-de-obra feminina por demandar capricho, enquanto aos homens cabia o trabalho perigoso.

Os homens trabalhava mais era noutro setor, era mais aquelas bomba grande, essas coisa mais perigosa; as mulher era mais pra fazer aqueles rolo, aquelas caixa de foguete, amarrava os foguetinhos depois de pronto, amarrar aqueles foguetinho que tem aquela varinha, então pôr aquela varinha, passar o papel por fora, era essas coisa. O serviço mais perigoso era os homem que faziam.<sup>34</sup>

Diante do exposto, percebe-se que a maior parte das trabalhadoras passou por experiências de especialização sexual do trabalho tanto no interior de seus lares como nas primeiras atividades remuneradas que exerceram antes do ingresso na indústria fabril. Foram formadas como trabalhadoras responsáveis pelos trabalhos domésticos e continuaram a exercer tarefas denominadas como tipicamente femininas. Portanto, correndo o risco de ser repetitivo, constata-se que capacidades laborais concebidas como inatas à força de trabalho feminina – habilidade, capricho e paciência –, foram fruto da aquisição por meio do processo de socialização em que estiveram inseridas.

Como afirma Souza-Lobo, aquilo que é definido como qualidade natural, intrínseca à natureza das mulheres é, em realidade, o produto da educação e da formação das meninas no trabalho doméstico: o que quer dizer que elas são formadas para efetuar tarefas monótonas, repetir dia após dia os mesmos gestos, dar provas de minúcia, de rapidez, de destreza e de habilidade manual na execução de tarefas não remuneradas e não valorizadas, sempre submissas aos homens no seio da família.<sup>35</sup> É nesse sentido que se afirma no presente artigo que o espaço doméstico não foi apenas instância da reprodução da força de trabalho, mas também da formação de futuros trabalhadores, pois foi fundamental para a aquisição de qualificações utilizadas pelas jovens trabalhadoras quando se proletarizaram.

Deste modo, as mulheres não foram exploradas no espaço doméstico apenas pelos homens, mas também, ainda que indiretamente, pelo capital, uma vez que o trabalho aí exercido possibilitava tanto a manutenção da força de trabalho quanto a formação de novos trabalhadores, uma vez que certas características da capacidade de trabalho feminino foram adquiridas socialmente. Muitas das competências da força de trabalho feminina foram apropriadas pelas indústrias de calçados, sendo consideradas como habilidades inatas às mulheres e não como qualificação, o que foi utilizado como argumento para a baixa remuneração das mulheres, comumente definidas pelos capitalistas como trabalhadoras desqualificadas, por possuírem conhecimentos e destrezas utilizados no processo de trabalho que não haviam sido adquiridos no espaço fabril.<sup>36</sup>

Outro elemento importante na formação da identidade de tais trabalhadoras, sobretudo das mais velhas, foi o fato de que o emprego na indústria de calçados correspondeu a um segundo momento de venda da força de trabalho, visto que procuraram tal atividade como uma opção para obter melhorias salariais e maior estabilidade. Isso fez com que em muitos casos o trabalho fabril representasse um período passageiro, considerado como atividade destinada exclusivamente a complementar a renda familiar. Pode ter sido um dos motivos que contribuiu para que muitas sapateiras optassem por abandonar as fábricas de calçados e ficassem no interior dos lares após o casamento.

As mulheres vivenciaram um processo de qualificação de mão-de-obra distinto do qual vivenciaram os homens. Distinção que pode ser melhor compreendida ao se analisar o processo de formação da força de trabalho entre os sapateiros do sexo masculino. Dentre os trabalhadores mais velhos, formados numa estrutura produtiva anterior à grande indústria, a identidade dos mesmos se constituiu, sobretudo, em torno do ofício de sapateiro que exerceram desde os anos iniciais de vida.<sup>37</sup> No caso específico dos sapateiros em Franca, os jovens começaram a aprender o ofício a partir de sete anos de idade, trabalhando como aprendizes e ajudantes sob a responsabilidade de um oficial. Dessa maneira, o trabalho de fabricar calçados foi fundamental para a formação de suas identidades,<sup>38</sup> processo significativamente diferente do vivenciado pelas mulheres que trabalharam no setor.

Esse processo não sofreu significativas alterações nos casos dos sapateiros e sapateiras mais jovens. Verificou-se processo semelhante no que se refere à construção de uma identidade, diferente para homens e mulheres, forjada em torno das atividades laborais exercidas. Na maior parte dos casos, os jovens do sexo masculino continuavam sendo inseridos no processo produtivo do sapato a partir dos sete ou dez anos de idade; mesmo não aprendendo a fazer o sapato do começo ao fim como no caso dos artesãos – visto que tendiam a se especializar na execução de uma única atividade –, eles também se identificavam enquanto trabalhadores a partir do trabalho nas fábricas de sapatos. No caso das mulheres, mesmo entre as que eventualmente tenham tido como primeira experiência de trabalho remunerado atividades em fábricas de sapatos, verificou-se que, frequentemente, o trabalho fabril era considerado como secundário em suas vidas.

Na maior parte dos casos, as necessidades materiais fizeram com que as trabalhadoras necessitassem vender sua força de trabalho. Nesse contexto, a concepção do trabalho feminino assalariado como “complementar para a renda familiar” adquire um significado especial, pois as próprias trabalhadoras consideravam seu trabalho como atividade auxiliar e secundária, sendo o trabalho dos homens tido como a atividade principal para a manutenção da família. Contudo, Jessita Rodrigues adverte que, em muitos casos, a definição do trabalho feminino assalariado como subsidiário e secundário ao do homem não condizia com a realidade das famílias operárias, já que frequentemente o salário da mulher era tão importante quanto o do homem para o orçamento familiar. De acordo com a autora, “ao nível do montante de renda apropriado pela família vemos que, quando a sobrevivência desta só pode ser garantida por uma constelação de salários, como ocorre na família da operária, todas as atividades remuneradas de seus componentes são fundamentais.”<sup>39</sup>

Em conjunto, as diferentes características analisadas a respeito da formação das mulheres enquanto sujeitos sociais e futuras operárias contribuem para se compreender que, para muitas trabalhadoras, fazer parte de uma família operária significava ser a responsável pelo trabalho doméstico, pelo cuidado e educação dos filhos. Comumente, as próprias mulheres se identificavam socialmente no papel de mães, esposas e donas-de-casa. Como afirma Daniel James,

defrontadas com a realidade do *status* e do poder desiguais das mulheres em uma sociedade com relações de gênero profundamente hierárquicas, a adoção e a valorização de elementos de uma ideologia de maternidade e domesticidade podem muito bem ser vistas como uma opção racional.<sup>40</sup>

Os depoimentos indicaram que muitas trabalhadoras, sobretudo as de maior idade, começaram a se preparar para o casamento bastante jovens. Algumas realizaram cursos de corte-costura e de culinária, como foi o caso de Alzira Rodrigues, a qual começou a confeccionar o próprio enxoval a partir dos quinze anos de idade, aproveitando o tempo livre para a realização dessa tarefa.

Naquele tempo era tudo bordado, era tudo... assim, era pouca coisa que a gente comprava pronto, mais era a gente que tinha que fazer. A gente comprava o pano, tinha que riscar, bordar, fazer as toalhas das mesas, as toalhinhas das peças, e os pano de prato, toalha de mesa. Era avental, tudo a gente que fazia. [...] Levantava cinco horas da manhã, junto com a minha mãe; eu levantava, pegava no bordado e bordava até as seis e meia, seis e meia eu ia pra fábrica, entrava sete horas. [...] Aí quatro e meia saía e ia pra casa, tomava banho, jantava e ia fazer o curso.<sup>41</sup>

O fato de muitas mulheres abandonarem o trabalho fabril após o casamento foi motivado tanto pela vontade própria, pois acreditavam que “seu lugar” era em casa, como pela vontade dos maridos, na maior parte das vezes, contrários a que suas esposas continuassem a trabalhar em fábricas. Alguns homens consideravam que o universo fabril não era um ambiente adequado para mulheres casadas, outros se achavam na obrigação de prover o sustento da família sozinhos. Essas características foram encontradas em vários relatos, como se observa a seguir, nos quais fica evidente a visão de que as mulheres por serem as responsáveis pelo trabalho doméstico, ao se casarem deveriam retornar ao lar e se dedicar exclusivamente a essa atividade.

Assim que eu casei, eu saí da fábrica e nunca mais trabalhei em fábrica. Eu saí pra casar. 'Depois de casada meu marido não quis que eu continuasse trabalhando.' [...] Eu saí um mês antes de casar. Foi porque eu queria descansar um pouco antes de casar. Me casei no dia 30 de maio e aí trabalhei só até no fim de abril. Aí fiquei um mês em casa. 'Porque naquela época só trabalhava solteira na fábrica. Não trabalhava casada.' E outra, meu marido também já não gostava muito que eu trabalhava em fábrica [risos], então depois de casada, aí que ele num quis.

Quando eu casei, eu comuniquei a firma que eu ia casar e que eu ia parar de trabalhar. A firma não queria que eu parasse, pediu para mim que eu continuasse trabalhando. Mas aí tem o pensamento do marido, do noivo falar: "- Mulher minha não trabalha em fábrica", e "casou, tem que cuidar de casa!". Aí foi essa conversa que ele falou: "- Não quero que você trabalhe se tiver que sair [de casa]."

Ele achava que eu tinha que cuidar da filha e ficar aqui dentro de casa, mas 'se fosse pra trabalhar fora ele não ia deixar', aí dentro de casa assim, como eu costurava dentro de casa e eles traziam, aí podia fazer. Mas se fosse pra mim buscar e trabalhar fora, ele não gostava não.<sup>42</sup>

Em diferentes estudos encontrou-se a hipótese de que o abandono do trabalho fabril, ou o desejo de fazê-lo, por parte das mulheres casadas e/ou com filhos pequenos pode ter significado uma expressão de resistência feminina à dupla jornada de trabalho. Nesse sentido, Souza-Lobo afirma que

o fato de que o casamento lhes apareça como única saída para fugir à fábrica é também uma estratégia de recusa, individual, mas única, [fruto] da divisão sexual do trabalho. [...] O casamento é para o grupo de mulheres operárias um recurso de resistência a uma situação de trabalho onde nem mesmo a perspectiva de melhoria se coloca, e em que perdura cotidianamente a dificuldade em combinar duas jornadas de trabalho.<sup>43</sup>

E Rosalina Leite argumenta que

pode-se entender como a recusa, ou desejo expresso, de muitas mulheres da classe trabalhadora de não ingressarem na produção social, quando casadas e com filhos pequenos, poderá significar a negação ao exercício da dupla jornada de trabalho. Assim, o papel social atribuído às mulheres na sociedade de classes, e

por elas internalizado, somado às condições em que se dá o trabalho assalariado sob o sistema capitalista, torna a inserção da mulher no trabalho produtivo fonte de divisão interna, de fadiga e tensão, o que faz com que a vivência operária seja sentida, na maioria das vezes, como algo insuportável.<sup>44</sup>

Entre os casos analisados, Alzira Rodrigues nunca voltou a trabalhar em fábrica, tornou-se dona-de-casa, responsável inclusive pela administração do orçamento familiar. Já Cecília Silvestre e Edna Andrade, até mesmo por serem mais jovens, vivenciaram um processo diferente, no qual seus maridos ficaram desempregados em determinados momentos e elas voltaram para o interior das fábricas de sapatos. Cecília tornou-se inclusive a principal responsável pelo orçamento familiar, com seu marido passando a cuidar da casa, o que causou grande estranhamento à própria trabalhadora.<sup>45</sup>

Nós briga porque eu quero que ele saia um pouco da cozinha, porque às vezes eu acho que ele pegou o ‘meu lugar e eu peguei o lugar dele’. Porque eu saio para fora para trabalhar e ele fica em casa. Então eu falo para ele que a gente trocou. [...] ‘Eu acho muito cansativo, eu acho que isso aí, a mulher levantar cedo e sair para trabalhar fora, isso aí eu não acho certo não. Acho que isso aí é mais obrigação do homem mesmo. E como não tem jeito, não acontece, a gente tem que fazer.’<sup>46</sup>

Um elemento fundamental para a compreensão deste relato foi a análise a respeito do processo de internalização e naturalização da divisão sexual do trabalho como parte constituinte da identidade operária. Portanto, ter que sair de casa e deixar os filhos causou um abalo na concepção de mundo da trabalhadora, o que representou o rompimento da “ordem natural” dos papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres no interior da família operária, e na sociedade em geral.

Outra característica desses casos é que o marido não se opunha ao fato de a mulher ‘trabalhar’, desde que não fosse fora de casa. Desse modo, além do trabalho doméstico, muitas trabalhadoras que se tornaram donas-de-casa exerceram atividades para “auxiliar” no orçamento familiar, como lavar e passar roupas para fora, e pajear, o que significava a extensão das atividades de trabalho a que estavam habituadas. Nesses casos, se o abandono inicial do trabalho fabril pode ter se constituído em uma recusa à dupla jornada de trabalho, verifica-se que as necessidades materiais inviabilizaram a manutenção de tal situação, impossibilitando que as mulheres se dedicassem exclusivamente às tarefas domésticas.

Dada certas características da indústria de calçados de Franca, que ao longo de seu desenvolvimento combinou diferentes formas de trabalho, frequen-

temente recorrendo ao trabalho a domicílio como estratégia para obter redução de custos e aumentar seus lucros,<sup>47</sup> verificou-se que uma atividade predominante entre as trabalhadoras que permaneceram no interior dos lares mas que tiveram que exercer atividades remuneradas foi costurar sapato manualmente.<sup>48</sup> Como relatou Rita de Cássia,

[...] aqui nessa rua quase todo mundo costura. É o serviço que tem. Porque se você for pra fábrica é difícil. Mulher casada pra arrumar serviço em fábrica...! De vez em quando eu falo pro Toninho arrumar serviço em fábrica pra mim, que a creche aqui é pertinho e eu ponho os meninos. “- Ah, não! Se for pra você trabalhar na fábrica... Não, iche!!! Deixar os menino na creche, não vai trabalhar de jeito nenhum! Não vai trabalhar de jeito nenhum porque não pode. Iche!” Deixar os menino na creche ele não gosta, então eu fico assim no sapato mesmo. Tem que costurar sapato, porque é a única coisa que tem, então é mais fácil procê fazer e cê acabou não tem preocupação com nada, então cê vai costurando.<sup>49</sup>

Costurar sapato manualmente era mais uma das atividades concebidas como tipicamente destinadas às mulheres, condizente com suas aptidões e habilidades. Além disso, podia ser exercida em conjunto com o cuidado da casa e dos filhos, possibilitando uma pequena remuneração. Além da função de “complementar” o salário do marido, exercer tais atividades pode ter possuído um outro significado para as mulheres, resultando em uma relativa autonomia em relação aos companheiros, pois poderiam comprar determinados produtos para si mesmas ou para os seus filhos sem necessitar recorrer aos maridos, que em muitos casos consideravam ser necessário comprar apenas os alimentos e pagar as demais contas de consumo da casa.

O depoimento a seguir indica que o principal problema para os maridos era que suas esposas trabalhassem no espaço público, o que poderia indicar que estariam negligenciando o cuidado dos filhos e da casa e, eventualmente, tentando ocupar a posição que tradicionalmente seria a do chefe da família. Além disso, traria o inconveniente do contato com operárias solteiras e mais jovens, que teriam visões de mundo diferentes e poderiam influenciar “negativamente” suas esposas.

Eu sou criado meio na moda antiga, eu acho que mulher ‘enquanto é solteira, trabalhar em fábrica não tem muito problema não. Depois de casada não é aconselhável não. Porque mulher que trabalha em fábrica depois de casada muda muito as atitudes delas!!!’ Na minha opinião, isso é a minha opinião, o meu modo de pensar. ‘Porque a mulher depois de casada na fábrica

ela costuma escutar muita conversa de amiga e coisa, e já não é a mesma pessoa que era antes.’ Essa é a minha opinião. ‘Eu acho que o melhor seria o homem ganhar o suficiente pra sustentar a casa, e a mulher tomar conta só de casa!’ Mas como hoje é diferente, hoje todas as mulher trabalha.<sup>50</sup>

Este relato de um sapateiro, nascido em 1938, indica uma atitude bastante comum entre os demais sapateiros do período analisado, os quais não aceitavam que suas esposas trabalhassem em fábricas após se casarem. Essa característica também foi encontrada por Rosalina Leite em relação aos maridos de operárias metalúrgicas.

Nas representações das entrevistadas fica explícito que o fato da mulher não ter que trabalhar fora de casa depois de casada é, para a maioria dos homens da classe operária, sinônimo de prestígio social. [...] O trabalho, para a operária casada, tem um significado negativo, tanto do ponto de vista da mulher, que passa a trabalhar mais [...], como do ponto de vista do homem, que se sente diminuído por não poder sustentar sozinho sua família, sentindo-se, portanto, fracassado no papel que a sociedade lhe impõe.<sup>51</sup>

Faz-se necessário ressaltar que, se por um lado, para muitas sapateiras, sobretudo as de maior idade, o trabalho fabril representou um momento passageiro de suas vidas, por outro lado, algumas trabalhadoras começaram a romper com essa visão. Para elas, tal atividade tornou-se central, sendo que nos casos de divórcios ou de trabalhadoras que não se casaram seu trabalho lhes possibilitou assumir a responsabilidade do próprio sustento e do sustento dos filhos. A valorização do trabalho assalariado se fez ainda mais ouvida entre as trabalhadoras mais jovens, especialmente as sindicalistas, tornando possível perceber que ocorreram significativas transformações em relação à concepção do trabalho feminino, sendo que passaram a valorizar mais o seu próprio trabalho.

Essas mudanças indicaram transformações no processo de formação da identidade das trabalhadoras mais jovens, que deixaram de se ver exclusivamente como mães e donas-de-casa. Contudo, não houve a superação da divisão sexual do trabalho, resultando, por exemplo, na dupla jornada de trabalho das mulheres, visto que o trabalho doméstico continuou a ser realizado exclusivamente por elas. Quando os maridos executavam algumas tarefas domésticas era visto como uma ajuda à mulher, fruto da persistência de tradições operárias relacionadas à atribuição de papéis sociais distintos aos homens e às mulheres.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo é parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado

Anônimas da História: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP). 252 f. Dissertação (Mestrado em História)- FHDSS, Unesp, Franca, 2006. Financiamento: Capes e Fapesp.

<sup>2</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes" In: FERREIRA, Jorge. (org.)

O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.216.

<sup>3</sup> Dentre outros, ROSE, Sonia O. "Class Formation and the Quintessential Worker" In: HALL, John R. (dir.) *Reworking Class*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1997, p. 133-166; SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

<sup>4</sup> COSTA, Emília Viotti da. "Experiência versus estruturas: Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos?" In: *História Unisinos* número especial, 2001, p. 43-44.

<sup>5</sup> JAMES, Daniel. "Contos Narrados nas Fronteiras. A História de Doña Maria, História Oral e Questões de Gênero" In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre. (orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004, p. 292.

<sup>6</sup> MALATIAN, T. M. "Memória e Identidade entre Sapateiros e Curtumeiros" In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo v. 16, n. 31/32, p.193-206, 1996, p.196.

<sup>7</sup> Dentre outros MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4ª ed. rev. e amp. São Paulo: Loyola, 2002, p. 54; JAMES, Daniel. op. cit., p. 293.

<sup>8</sup> A origem rural foi uma característica comum à maior parte dos operários brasileiros, sobretudo, a partir da década de 1930, período que marcou a intensificação da passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial. De acordo com Paulo Fontes, em diversas pesquisas a migração foi vista como a passagem de sociedades e culturas tradicionais e arcaicas para o mundo moderno, representado pelas cidades, espaços do desenvolvimento industrial e da vida urbana. FONTES, Paulo. *Migrações Nordestinas e Experiências Operárias*. São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre. (orgs.) op. cit., p. 366. Interpretações tradicionais sobre o tema, que associam a origem rural à ausência de ações de caráter classista, foram formuladas, dentre outros, por RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966; Idem. "Sindicalismo e classe operária (1930-1964)" In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. v.3, t.III. São Paulo: DIFEL, 1981; LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964. As críticas a tais perspectivas teóricas podem ser encontradas em diversas obras recentes a respeito do tema, dentre as quais o texto citado anteriormente de Paulo Fontes.

<sup>9</sup> GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. *Migrantes Mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)*. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A., 1997, p. 71, 72. O autor afirma ainda, que "para Antônio Cândido, o mutirão fazia parte de uma rede de relações vicinais, em que os membros de determinada comunidade estabeleciam trocas de favores e tinham o compromisso de retribuir sempre que solicitado." Apud. CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: J. Olympio, 1964.

<sup>10</sup> FONTES, Paulo. op. cit., p. 386-387. [destaque nosso]

<sup>11</sup> Depoimento de Marilene Paes Leme ao autor em 28 de agosto de 2004.

<sup>12</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. op. cit., p. 29.

<sup>13</sup> Depoimento de Rita de Cássia de Oliveira Ribeiro a Sílvia Cristina Arantes em 28 de fevereiro de 1989. [destaque nosso]

<sup>14</sup> Depoimentos respectivamente de Cecília Santos Silvestre ao autor em 17 de abril de 2005; de Benedita de Souza ao autor em 15 de julho de 2004; e de Alzira Sanches Rodrigues ao autor em 13 de julho de 2004. [destaques nossos]

<sup>15</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, passim.

<sup>16</sup> Depoimento de Edna Aparecida Lima de Andrade ao autor em 26 e 28 de julho de 2004.

<sup>17</sup> Depoimento de Everalda Aparecida de Souza Flores ao autor em 04 de fevereiro de 2005. [destaque nosso]

<sup>18</sup> JAMES, Daniel. op. cit., p. 293.

<sup>19</sup> Depoimento de Alzira Sanches Rodrigues ao autor. [destaque nosso]

<sup>20</sup> ZOLA, Emile. *Germinal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, passim.

<sup>21</sup> PERROT, Michelle. op. cit., p. 192.

<sup>22</sup> LUDTKE, Alf. "Organizational Order or Eigensinn? Workers' Privacy and Workers' Politics in Imperial Germany" In: WILENTZ, Sean (ed.). *Rites of Power*. Philadelphia: Univ. Pennsylvania Press, 1985, p. 304-305.

<sup>23</sup> PERROT, Michelle. op. cit., p. 184.

<sup>24</sup> BERNARDO, João. "A produção de si mesmo" In: *Educação em Revista* n.9, p. 3-17, Belo Horizonte, jul. 1989, p. 15.

<sup>25</sup> Depoimentos respectivamente de Alzira S. Rodrigues e de Cecília S. Silvestre ao autor.

<sup>26</sup> Depoimento de Edna A. L. de Andrade ao autor. [destaque nosso]

<sup>27</sup> Depoimento de Cecília S. Silvestre ao autor. [destaque nosso]

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> Depoimentos respectivamente de Alzira S. Rodrigues e de Everalda Ap. de S. Flores ao autor.

<sup>30</sup> RODRIGUES, Jessita Martins. *A mulher operária: um estudo sobre tecelãs*. São Paulo: HUCITEC, 1979, p. 105-106.

<sup>31</sup> Depoimento de Nair Núcio a Silvia Cristina Arantes em 03 de maio de 1989.

<sup>32</sup> Cf. último capítulo de TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no Interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. 276 f. Tese (Doutorado em Economia)- Unicamp, Campinas, 1998.

<sup>33</sup> Depoimento de Alzira S. Rodrigues ao autor.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. op. cit., p. 28.

<sup>36</sup> As sapateiras localizavam-se, principalmente, no setor de costura das peças componentes do calçado, conhecido como pesponto, e no setor de acabamento e limpeza do sapato. Exercendo, sobretudo, serviços de costura e limpeza, para os quais as qualificações adquiridas no espaço doméstico eram fundamentais. A análise sobre as transformações nos processos de trabalho e as experiências de trabalho das mulheres no interior da indústria calçadista foi realizada no segundo capítulo de minha dissertação. REZENDE, V. D. de. "O mundo do trabalho" In: op. cit., p. 77-121. Características semelhantes foram encontradas em pesquisas a respeito da indústria de confecção de roupas. ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. "Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas" In: *Cadernos Pagu* n.17/18, p. 267-310, Campinas, 2001/02.

<sup>37</sup> Cf. FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. *Memória de Ofícios: História dos Artesãos em São Paulo*. 221 f. Tese (Doutorado em História)- FFLCH, USP, São Paulo, 1997. FÉLIX, Isabel Regina. *Os sapateiros na cidade de São Paulo: trabalho e militância*. 126 f. Dissertação (Mestrado em História)- FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

<sup>38</sup> Cf. MALATIAN, Teresa M. op. cit.; e REZENDE, Vinícius D. de. *Lutas Silenciosas: experiências de vida a partir da memória de velhos sapateiros (Franca 1920-1980)*. 91 f. TCC (História)- FHDSS, Unesp, Franca, 2003.

<sup>39</sup> RODRIGUES, Jessita M. op. cit., p. 90.

<sup>40</sup> JAMES, Daniel. op. cit. p. 310.

<sup>41</sup> Depoimento de Alzira S. Rodrigues ao autor.

<sup>42</sup> Depoimentos respectivamente de Alzira S. Rodrigues, de Cecília S. Silvestre e de Edna Ap. L. de Andrade ao autor. [destaques nossos]

<sup>43</sup> Souza-LOBO, Elisabeth. op. cit., p. 124. <sup>44</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. A operária metalúrgica: estudo sobre as condições de vida e trabalho de operárias metalúrgicas na cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984, p. 55.

<sup>45</sup> Essa mudança ocorreu recentemente, fazendo parte de um processo de novas transformações no mundo do trabalho que extrapolam o recorte temporal da presente pesquisa.

<sup>46</sup> Depoimento de Cecília S. Silvestre ao autor. [destaques nossos]

<sup>47</sup> Cf. dentre outros, NAVARRO, Vera Lúcia. Produção de calçados de couro nas Indústrias em Franca-SP: reestruturação produtiva e os seus impactos sobre o trabalho. 1998. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- FCL, Unesp, Araraquara, 1998.

<sup>48</sup> Alguns modelos de sapatos, como o mocassim, requeriam uma costura feita manualmente. Durante a década de 1950 e 1960, essa tarefa era realizada principalmente no interior das fábricas, mas a maior parte das indústrias optou por transferir essa etapa para fora do espaço fabril. Para uma análise sobre o impacto da inserção do mocassim na indústria de calçados brasileira cf. GIGANTE, Moacir. A Fábrica é Escola. Práticas Sociais e Educativas de Empresários e Trabalhadores. 255f. Tese (Doutorado em Educação)- UFSCAR, São Carlos, 2003.

<sup>49</sup> Depoimento de Rita de Cássia de O. Ribeiro a Sílvia Cristina Arantes em 28 de fevereiro de 1989.

<sup>50</sup> Depoimento de José Fernandes Coelho ao autor em 04 de agosto de 2004. O entrevistado era filho de Maria Coelho e esteve presente durante a entrevista com a sua mãe. Por ser sapateiro também foi entrevistado. [destaques nossos]

<sup>51</sup> LEITE, Rosalina S. C. op. cit., p. 116.